



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT Especial

MODELAGEM DE DOMÍNIO APLICADA À TEMÁTICA LGBTQIAPN+

DOMAIN MODELLING APPLIED TO THE LGBTQIAPN+ THEME

Leonardo Borges Rodrigues Chagas – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Maria Aparecida Moura – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo apresenta uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo abordar o tema da diversidade sexual e de gênero enquanto domínio do conhecimento, articulando conceitos e teorias sobre sexo, gênero e sexualidade advindas de diferentes áreas científicas e sociais. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, que utiliza a pesquisa bibliográfica e documental para delimitar o domínio de investigação. A literatura consultada priorizou pesquisadores consagrados nos estudos de gênero e sexualidade, bem como produções de atores sociais, considerando o slogan “nothing about us without us” (nada sobre nós, sem nós”) em torno da inclusão e do protagonismo dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero. A proposta articulada apresenta dois modelos conceituais: uma nuvem de palavras para visualizar a multiplicidade terminológica de um modo geral, e um mapa conceitual para classificar a diversidade sexual e de gênero conforme as categorias de sexo, gênero e orientação sexual. Depreende-se, a partir do corpus utilizado, que o tema da diversidade sexual e de gênero se impõe como desafio para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, considerando a complexidade conceitual e terminológica desse domínio de investigação, bem como as disputas de significados envolvidas na utilização dos termos.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; sistemas de organização do conhecimento.

Abstract: The article presents research in progress, which aims to address the issue of sexual and gender diversity as a domain of knowledge, articulating concepts and theories about sex, gender and sexuality from different scientific and social areas. This is an exploratory study with a qualitative approach, which uses bibliographical and documentary research to delimit the research domain. The literature consulted prioritized established researchers in gender and sexuality studies, as well as productions by social actors, considering the slogan "nothing about us without us" around the inclusion and protagonism of subjects of sexual and gender diversity. The articulated proposal presents two conceptual models: a word cloud to visualize the multiplicity of terminology in general, and a conceptual map to classify sexual and gender diversity according to the categories of sex, gender and sexual orientation. From the corpus used, it can be seen that the subject of sexual and gender diversity is a challenge for the field of Library and Information Science, considering the conceptual and terminological complexity of this area of research, as well as the disputes over meanings involved in the use of terms.

Keywords: gender; sexuality; knowledge organization systems.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo, pesquisadores de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) apontam que os grupos minorizados de um modo geral estão sub-representados nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) e que tais instrumentos favorecem a difusão de discursos discriminatórios. Tais incongruências além de cristalizar preconceitos e discriminações, prejudicam a recuperação da informação pelos usuários dos sistemas de informação (Silva; Lara, 2004; Pinho; Guimarães, 2011; Drabinski, 2013; Santos; Targino; Freire, 2017; Moura, 2018, 2020; Martines; Lima; Almeida, 2021; Chagas; Paula, 2023).

Em se tratando de terminologias LGBTQIAPN¹, existem termos considerados inadequados que reforçam preconceitos, estereótipos e discriminações em oposição a termos considerados representativos que refletem a diversidade sexual e de gênero. Relacionado a isso, atores sociais LGBTQIAPN+ têm problematizado o papel do discurso na produção e manutenção da LGBTIfobia², tendo em vista que o discurso da cisheteronormatividade³ não só naturaliza as violências de todos os tipos como impõe um apagamento sistematizado de suas memórias, histórias e culturas.

¹ Acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e demais identidades que escapam do padrão cisheteronormativo. Existem diferentes acrônimos para se referir aos sujeitos da diversidade sexual e de gênero. Entretanto, nesse artigo utilizar-se-á a sigla LGBTQIAPN+ por considerar que o vocábulo contempla a diversidade, e por ser a sigla mais utilizada na atualidade para se referir às identidades sexuais e de gênero. E para compreender essas identidades, considera-se as conceituações de Stuart Hall (2011), Manuel Castells (2018) e Judith Butler (2022) que questionam noções fixas e essencialistas de se pensar os sujeitos para compreender a identidade como algo construído e em constante transformação.

² Entende-se a LGBTIfobia como um termo “guarda chuva” utilizado para compreender todas as formas de violência contra as pessoas LGBTQIAPN+. O Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil (2023, p. 9) define a LGBTIfobia estrutural “[...] como discriminação, aversão ou ódio, de conteúdo individual ou coletivo, baseado na inferioridade das pessoas LGBTI+ em relação a heterocisnormatividade”.

³ Cisheteronormatividade ou heterocisnormatividade refere-se a um conjunto de normas e crenças socioculturais que partem do pressuposto de que os seres humanos devem se enquadrar na concepção binária de gênero (masculino ou feminino) e no padrão sexual da heterossexualidade. Nesse sentido, “[...] a cisgeneridade é a norma e os padrões de comportamentos heterossexuais são dominantes e todos aqueles contrários a esse padrão são estigmatizados e punidos” (Sá & Szyllit, 2021, p. 52).

Na Organização do Conhecimento (OC) – entendida aqui enquanto área de investigação inserida na BCI – pesquisadores internacionais vêm se debruçando sobre a representação temática de grupos minorizados desde o final da década de 1960 (Wolf, 1972 *apud* Drabinski, 2013). No contexto brasileiro de BCI, a temática ainda é pouco abordada conforme observado por Santos, Targino e Freire (2017). Entretanto, nos últimos anos já se percebe uma preocupação dos pesquisadores brasileiros em adentrar a temática da diversidade. A criação do G12 – “Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades” no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em 2021, pode ser considerado um indicativo significativo da inserção dessa temática na área.

Essas discussões ainda não adentraram as práticas das bibliotecas universitárias brasileiras, tendo em vista que os seus catálogos de assunto ainda não representam adequadamente o domínio LGBTQIAPN+. Além de invisibilizar uma multiplicidade de sujeitos, os instrumentos continuam perpetuando discursos discriminatórios cristalizados em terminologias nosográficas⁴ já superadas no discurso acadêmico e científico da contemporaneidade (Chagas; Paula, 2023).

Considerando o exposto, o artigo tece uma reflexão sobre a diversidade sexual e de gênero enquanto domínio do conhecimento LGBTQIAPN+. Nesse sentido, apresenta um mapeamento dos termos e conceitos mais representativos sobre a multiplicidade conceitual e terminológica que envolve a diversidade sexual e de gênero em contraposição ao discurso moderno colonial da cisheteronormatividade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como estudo exploratório de abordagem qualitativa. É exploratória no sentido de buscar referenciais teóricos que proporcionem familiaridade com o tema da investigação e qualitativa no sentido de analisar e atribuir significados nas ações e nas relações dos sujeitos envolvidos (Gil, 2008).

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dicionários, manuais e demais recursos que abordam, de um lado, perspectivas

⁴ Termos relacionados a doenças, desvios e transtornos.

críticas em organização do conhecimento e, do outro lado, a temática da diversidade sexual e de gênero.

A literatura consultada priorizou teóricos dos estudos de gênero e sexualidade, incluindo: Michel Foucault; Gayle Rubin; Monique Wittig; Adrienne Rich; Judith Butler; Paul Preciado; dentre outros que discutem a construção social de sexo, gênero e sexualidade. Além disso, foram considerados autores, militantes e ativistas intelectuais brasileiros, adotando o slogan “nothing about us without us” (nada sobre nós, sem nós”) para garantir a inclusão e o protagonismo desses sujeitos. Nesse sentido, foram utilizados recursos produzidos e/ou organizados por autores como: Toni Reis; Jaqueline Maria de Jesus; Renan Quinalha; João Silvério Trevisan; entre outros intelectuais que representam e discutem o tema da diversidade sexual e de gênero.

3 PERSPECTIVAS CRÍTICAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A OC é um campo de ensino, pesquisa e prática profissional que estuda as leis, os princípios, os processos e os instrumentos relacionados com a organização, representação e recuperação do conhecimento registrado com o objetivo de representar tematicamente e recuperar o conteúdo documental dos documentos (Barité, 2015; Hjørland, 2016).

Por muito tempo, as práticas de BCI de um modo geral e da OC de um modo particular estiveram mais preocupadas com os aspectos técnicos e tecnológicos da informação do que com os seus aspectos socioculturais.

Entretanto, perspectivas críticas enfatizam que as atividades e os produtos da OC são práticas sociais atravessadas por relações de poder e atreladas às circunstâncias históricas, culturais, políticas, econômicas e religiosas, o que implica em vies⁵ na organização e representação do conhecimento registrado. Esses vieses além de cristalizar preconceitos e discriminações nos SOCs, prejudicam a recuperação dos registros do conhecimento pelos usuários dos sistemas (Olson, 2002; Beghtol, 2002; Guimarães; Pinho, 2007; Hjørland, 2008;

⁵ Vies significa a tendência ideológica, religiosa, de gênero ou de qualquer outro tipo que se materializa na terminologia, na estrutura ou nas relações conceituais dos esquemas de representação (Barité, 2011).

Barité, 2011, 2018; Mai, 2013; Arboit, 2016; Milani; Guimarães, 2014/2017; Moura, 2018; 2020).

Nessas perspectivas, os SOCs são compreendidos como dispositivos de informação e conhecimento, pois se inscrevem em relações de poder e saber e como tal podem viabilizar discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios (Moura, 2018, 2020). Sobre essa observação, vale recorrer aos postulados do linguista britânico Norman Fairclough sobre o papel do discurso na mudança social e cultural mais ampla. Fairclough (2016) informa que da mesma forma que a linguagem pode ser utilizada para estabelecer e sustentar relações de dominação, também pode ser utilizada para superar essas relações.

Sendo assim, o reconhecimento da relação discurso-poder-ideologia nas práticas da OC possibilita que os atores envolvidos nesses processos se engajem em práticas discursivas emancipatórias. É no sentido de olhar criticamente para a construção dos SOCs, que se propõe a pensar a representação da temática LGBTQIAPN+ por uma perspectiva social, que considere os aspectos éticos, culturais e semânticos envolvidos na modelagem conceitual desse domínio do conhecimento.

4 CISHETERONORMATIVIDADE: DISCURSO DA MODERNIDADE / COLONIALIDADE

Nem todos os autores articulados neste artigo fizeram suas análises à luz do conceito de colonialidade propriamente dita, mas teorizaram a partir dos sistemas de opressão de sexo, gênero e sexualidade que foram construídos e/ou intensificados a partir da modernidade ocidental.

A “colonialidade” é um conceito introduzido por Aníbal Quijano entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 para se referir à lógica global de poder e desumanização introduzida pelo projeto colonial da Europa e suas consequências materiais, epistêmicas e simbólicas para os povos colonizados mesmo após o fim das administrações coloniais (Quijano, 2005; Mignolo, 2017; Maldonado-Torres, 2018).

A ideia de modernidade foi definida nos últimos cinco séculos “[...] por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que

acompanharam a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina” (Oyewùmí, 2020, p. 85). Durante esse longo processo atravessado por transformações sociais e culturais, gênero e raça surgiram como categorias universais a partir das quais as pessoas e sociedades foram exploradas e estratificadas.

Oyewùmí (2020, 2021) argumenta que a dualidade opositiva (macho/fêmea e homem/mulher) e o privilégio masculino que dela decorre são conceitos alienígenas para muitas culturas africanas. O sistema colonial inseriu o gênero onde ele não havia o que produziu distorções no significado e na realidade das mulheres africanas, impondo um duplo processo de inferiorização – subordinação de raça e subordinação de gênero (Oyewùmí, 2021).

Lugones (2020) também enfatiza a imposição da hierarquia entre homens e mulheres como marca do humano e da civilização e informa que o gênero estava ausente na categoria não humano, o que implica dizer que as mulheres escravizadas não eram vistas nem como humanos e nem como mulheres. A autora elabora o conceito de “Sistema Moderno-Colonial de Gênero” para introduzir uma compreensão sistêmica de gênero, que é constituído por múltiplas relações de poder com padrões e arranjos diferenciados para colonizadores e colonizados.

Em relação à sexualidade, Foucault (1988) traça a historicidade do sexo enquanto dispositivo disciplinar e defende que as sexualidades são constituídas socialmente ao longo da história e por isso não podem ser compreendidas do ponto de vista essencialista. O autor aponta o “dispositivo de sexualidade” como um conjunto de discursos, práticas, normas e instituições que controlam e regulam a sexualidade humana. Essa forma de poder, conhecida como “biopoder”, foi crucial para o desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido pela inserção controlada dos corpos no sistema produtivo e pelo ajuste dos fenômenos populacionais aos processos econômicos (Foucault, 1988).

Rubin (2017) também questiona as entidades biológicas que são invocadas para tratar a ideia do sexo como algo natural, imutável, associal e trans-histórico, como se o sexo não tivesse história e nem determinantes sociais significativos. Assim como o gênero, o sexo também é político e está organizado em sistemas de poder – Sistema Sexo/Gênero – que estabelece uma hierarquia sexual. Esta hierarquia privilegia a heterossexualidade

(monogâmica, conjugal e reprodutiva) como normal e natural em detrimento de outras sexualidades consideradas anormais e antinaturais.

Em uma abordagem mais específica, Wittig (2022) se volta para a heterossexualidade enquanto uma estrutura de pensamento. O “Pensamento Hétero” ou “Pensamento Heterossexual” refere-se a uma construção cultural e ideológica a serviço da dominação masculina. Essa estrutura fornece um conjunto de conceitos e categorias fundados sobre a heterossexualidade como um regime político baseado na opressão das mulheres.

Complementando essa ideia, Rich (2012) introduz o conceito de “Heterossexualidade Compulsória” como uma crítica contundente à presunção da heterossexualidade enquanto modelo de relacionamento entre homens e mulheres fundamentado no pressuposto biológico da diferenciação entre os sexos, em que as mulheres estariam direcionadas de modo inato para os homens.

Resgatando esses conceitos, Butler (2022) reconhece a “Matriz Heterossexual” enquanto uma grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são construídos e naturalizados. Essa matriz implica normas de inteligibilidade cultural e práticas reguladoras que geram identidades coerentes dentro de uma matriz de normas de gênero coerentes. Nesse sentido, “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (Butler, 2022, p. 42). Para essa matriz de inteligibilidade cultural, certos tipos de identidades (“isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “desejo””) não poderiam existir e seriam “[...] meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não conformarem às normas da inteligibilidade cultural” (Butler, 2022, p. 44).

As sexualidades são como as línguas, e assim como as línguas, as sexualidades podem ser aprendidas (Preciado, 2022). O autor exemplifica que da mesma forma que ocorre no monolinguismo, desde a infância nos é imposta uma sexualidade enquanto desejo naturalizado. Nesse sentido, o sistema sexo/gênero é um sistema de bioescritura, o que implica dizer que “o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros são omitidos e outros ainda são sistematicamente eliminados ou

riscados” (Preciado, 2022, p. 37-38). O autor analisa a “plasticidade” dos sexos e dos gêneros como dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo e introduz o conceito de “contrassexualidade” para defender o fim da natureza enquanto ordem de legitimação de certos corpos em detrimento de outros.

A partir dessas teorizações, convém delimitar o conceito de cisheteronormatividade que tem suas raízes na modernidade/colonialidade. O termo é uma junção de heteronormatividade e cisnormatividade.

Em relação à heteronormatividade, o conceito foi descrito pelo teórico social Michael Warner em 1991 para se referir a uma construção ideológica que naturaliza, legítima e privilegia a heterossexualidade partindo da pressuposição de que todos são ou deveriam ser heterossexuais (Miskolci, 2009). Em relação à cisnormatividade, convém enfatizar os conceitos de “cisgênero” e “cisgeneridade” como contrário de “transgênero” e “transgeneridade”. Enquanto pessoas transgênero não se identificam com o sexo/gênero atribuído no nascimento. Pessoas cisgênero estão em completa conformidade com essa atribuição. Portanto, cisgênero ou “cis” são aquelas pessoas que se identificam com o gênero atribuído no nascimento (Jesus, 2012).

Esses conceitos surgem no contexto do movimento transfeminista para contrapor os discursos essencialistas e patologizantes que naturalizaram a posição da cisgeneridade de um lado e colocam as pessoas transgênero sob escrutínio de outro (Vergueiro, 2016).

O discurso da cisheteronormatividade pode ser compreendido enquanto um conjunto de diferentes enunciados que se articularam a partir da modernidade ocidental para instituir o padrão binário de gênero e a heterossexualidade enquanto norma. Essa concepção de mundo teve um duplo efeito para a diversidade sexual e de gênero, de um lado, opera pela invisibilidade das múltiplas experiências de ser e estar no mundo; do outro, insere a não-cisheterossexualidade no campo das psicopatologias, com diferentes efeitos na vida social, tais como preconceitos, discriminações e violências de todos os tipos.

Com o advento dos direitos sexuais e de gênero, sobretudo a partir dos movimentos feministas, gays, lésbicos, trans e *queer*, que se iniciaram no final do século XIX e início e meados do século XX, houve uma maior abertura nas sociedades para se questionar,

desmistificar e rever posições e aspectos acerca do sexo, do gênero e das sexualidades, principalmente no que diz respeito às existências LGBTQIAPN+.

5 MODELAGEM SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO ENQUANTO DOMÍNIO DO CONHECIMENTO

A OC implica o processo de modelagem do conhecimento. Esse processo procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar por meio de conceitos e suas relações, bem como a posição que cada conceito ocupa na estrutura conceitual (Brascher; Café, 2008). O arranjo conceitual de um determinado domínio do conhecimento procura apresentar o sentido que os conceitos assumem nesse domínio e as relações semânticas estabelecidas entre eles.

Por domínio, entende-se um conceito aberto para caracterizar um corpo de conhecimento dinâmico e em constante evolução. Domínio pode ser definido socialmente e teoricamente como o conhecimento de um grupo de pessoas que compartilham compromissos ontológicos e epistemológicos (Hjørland, 2017).

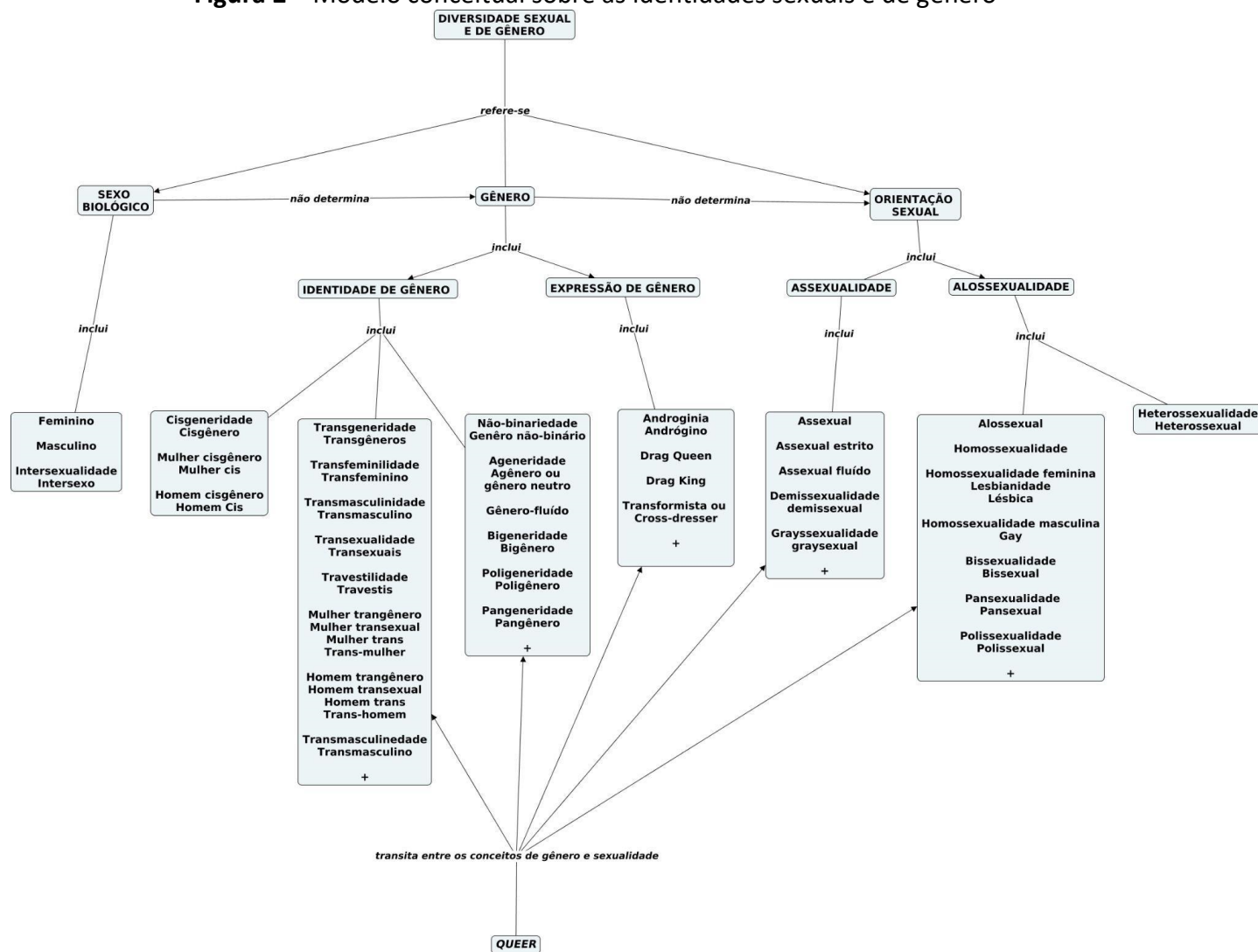
A partir desse conceito, compreende-se o movimento LGBTQIAPN+⁶ enquanto comunidade discursiva específica, que produz conhecimentos, compartilha linguagens, formas de ser e estar no mundo, bem como compartilha compromissos ontológicos e epistemológicos sobre a diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, os conhecimentos, saberes, teorias e práxis de lésbicas, gays, trans e *queer* delimitam o que se convencionou chamar nesta pesquisa de domínio LGBTQIAPN+.

Com base na literatura articulada⁷, observa-se o potencial do movimento LGBTQIAPN+ em desconstruir o sistema sexo-gênero e se inscrever na sociedade enquanto agentes de

⁶ Movimento social e político em defesa da diversidade sexual e de gênero.

⁷ Para a seleção da amostra, foram utilizados os seguintes recursos: “Os Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero” (2006); “O Direito à Homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais” (Zambrano *et al.*, 2006); “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos” (Jesus, 2012); “Devassos no paraíso” (Trevisan, 2018); “Dicionário crítico de gênero” (Colling & Tedeschi, 2019); “Manual de Comunicação LGBTI+” (Reis & Casal, 2021); “Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias” (Quinalha, 2022); “LGBTQIA+: um guia educativo” (Faria Filho *et al.*, 2022), dentre outros recursos informacionais que abordam a temática da diversidade sexual e de gênero.

Figura 2 – Modelo conceitual sobre as identidades sexuais e de gênero



Fonte: Elaborado pelos autores via Cmap Cloud (2024).

A partir desses recortes foi possível desenvolver uma proposta de modelo conceitual para a representação da diversidade sexual e de gênero. Essa proposta permite representar uma pequena parcela do domínio LGBTQIAPN+ por meio dos termos, conceitos e suas relações. Vale ressaltar que as performances identitárias não se restringem e nem se encerram nos conceitos apresentados no modelo, tendo em vista a complexidade e multiplicidade que a diversidade humana apresenta no campo do gênero e da sexualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois modelos apresentados foram baseados em duas listas conceituais contendo termos e definições advindos do discurso ativista intelectual. A primeira lista foi organizada em ordem alfabética e a segunda foi estruturada em torno das categorias sexo, gênero e orientação sexual.

A construção das estruturas conceituais foi uma abordagem necessária para delimitar a complexidade desse domínio. Os modelos refletem a multiplicidade terminológica, conceitual e de experiências dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Entretanto, vale enfatizar as limitações desses modelos, pois refletem compreensões parciais e incompletas de uma temática complexa, transdisciplinar e em constante transformação.

A modelagem do domínio LGBTQIAPN+ em qualquer estrutura semântica, implica recortes descritivos das representações mentais, que são influenciados por discursos, disputas hegemônicas e significados específicos para cada contexto de atuação.

Durante muito tempo, as questões relativas às identidades sexuais e de gênero foram representadas por uma ótica colonial universal que implicou em vieses, assimetrias, distorções e violências físicas, materiais e simbólicas, que se cristalizaram nos esquemas tradicionais de representação.

Por isso, incorporar o domínio LGBTQIAPN+ é um desafio para os profissionais da OC, pois exige um posicionamento crítico constante por parte dos profissionais que organizam os discursos nos esquemas de representação. Invocar o discurso da diversidade sexual e de gênero na OC é necessário para representações mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ARBOIT, Aline Elis. É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos? **P2P & inovação**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 110-129, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/2339>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BARITÉ, Mario. “Literary warrant”. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 45, n. 6, p. 517-536, 2018. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/literary_warrant Acesso em: 6 mar. 2024.
- BARITÉ, Mario. **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327288002_Diccionario_de_organizacion_del_conocimiento_Clasificacion_Indizacion_Terminologia. Acesso em: 6 mar. 2024.
- BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122011000200002. Acesso em: 6 mar. 2024.
- BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHERCAF%C3%89>. Acesso em: 6 mar. 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. Título original: Gender trouble – feminism and the subversion of identity.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 602 p.
- CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues; PAULA, Lorena Tavares de. Análise de discurso crítica como instrumental teórico e metodológico para a garantia semântica em linguagens documentárias. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90893>. Acesso em: 6 mar. 2024.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- DRABINSKI, Emily. Queering the catalog: queer theory and the politics of correction. **Brooklyn Library Faculty Publications**, New York, n. 9, p. 94-111, 2013. Disponível em: http://digitalcommons.liu.edu/brooklyn_libfacpubs/9. Acesso em: 8 maio 2024.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

FARIA FILHO, Fausto de Melo; OLIVEIRA, Rafael Alves; RODRIGUES, Érick Luiz de Paulo. **LGBTQIA+**: um guia educativo. Ceres, GO: Instituto Federal Goiano, 2022. Disponível em: <https://informatica.ifgoiano.edu.br/ifemmovimento/wp-content/uploads/2022/06/LGBTQIAP-Um-guia-educativo-Final.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título original em francês: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33397>. Acesso em: 30 ago. 2023.

HJØRLAND, Birger. "Domain Analysis". **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/domain_analysis. Acesso em: 6 mar. 2024.

HJØRLAND, Birger. Deliberate bias in Knowledge Organization? **Advances in knowledge organization**, [S. l.], v. 11, 2008, p. 256-261. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/105188>. Acesso em: 15 abr. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Jaqueline Gomes de Jesus, 2012.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MAI, Jens-Erik. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge organization**, Ohio, v. 40, n. 4, p. 241-253, 2013. Disponível em: 10.5771/0943-7444-2013-4-242 . Acesso em: 6 mar. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. v. 2, p. 27-53. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MARTINES, Alexandre Robson; LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido. A linguagem e a linguagem documentária no processo de representação do conhecimento de grupos marginalizados: reflexões teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 512-549, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/158384>. Acesso em: 6 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2024.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. **IRIS: revista de informação, memória e tecnologia**, Recife, v. 3, n. esp., p. 72-92, 2014/2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/90916>. Acesso em: 6 mar. 2024.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqncrJvdn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2024.

MOURA, Maria Aparecida. Décoloniser les savoirs. Genre et race dans les discours des systèmes d'organisation de connaissance de circulation globale. **Revue intelligibilité du numérique**, Montpellier, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34745/numerev_1692. Acesso em: 6 mar. 2024.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, nov. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 6 mar. 2024.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

OS PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p. Título original: The invention of women: making an african sense of western gender discourses.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p. ISBN 9788569924784.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011. **Anais [...]**. Brasília: ANCIB, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/175062>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. San Pablo: CLACSO, 2005. (Perspectivas latino-americanas).

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, 198 p.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 1). Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2024.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2012.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144 p. Títulos originais: Thinking Sex e The Traffic in Women.

SILVA, Claudio Roberto da; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os termos relativos ao segmento glbt (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33- 47, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35239>. Acesso em: 3 maio 2024.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (org). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249-270. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 27 mar. 2024.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. Título original: The straight mind and other essays.

WOLF, Steve. **“Sex and the Single Cataloger.”** *In*: WEST, Celeste; KATZ, Elizabeth (ed.). **Revolted Librarians**. San Francisco: Booklegger, 1972.

ZAMBRANO, Elizabeth; LOREA, Roberto; MYLIUS, Leandra; MEINERZ, Nádia; BORGES, Priscila. **O Direito à Homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2006. Disponível em: [https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4\[1\].pdf](https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4[1].pdf). Acesso em: 27 mar. 2024.